

NARRATIVAS DIVERSAS NAS ARTES CÊNICAS

ORGANIZAÇÃO:
Andréa Moraes
Jackson Tea
Patricia Fagundes

PPGAC

PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM ARTES CÊNICAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

NARRATIVAS DIVERSAS NAS ARTES CÊNICAS

Andréa Moraes
Jackson Tea
Patrícia Fagundes
Organizadores

Jackson Tea
Desenvolvedor da Capa

Foto
Adeloya Magnoni
Performance
Sanara Rocha

Fáisca Design Jr
Diagramação interna

Textualiza Jr
Revisão de texto

Porto Alegre – RS, Brasil 2021



CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

p281 Narrativas Diversas nas Artes Cênicas [livro eletrônico] / [organizado por] Andréa Moraes, Jackson Tea e Patrícia Fagundes - Porto Alegre: UFRGS, 2021.

Tipo de Suporte: Ebook

Formato Ebook: PDF

ISBN: 978-65-5973-020-9

1. Artes Cênicas. 2. Pesquisa. I. Moraes, Andréa. II. Tea, Jackson. III. Fagundes, Patrícia

CDU 792:001.891

Elaborado por: Ana Cristina Griebler – CRB10/933

RACISMO E BRANQUITUDE: Tutorial básico

Aline Marques¹, Ana Paula Reis², Celina Alcântara³, Guadalupe Casal⁴,
Luciana Paludo⁵, Patrícia Fagundes⁶ e Silvana Rodrigues⁷



Seminário Discente PPGAC/UFRGS (2020) Narrativas Diversas nas Artes Cênicas
Racismo e Branquitude
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y63dm0P0hp8>

1 Aline Marques é Mestranda no PPGAC/ UFRGS e graduada em Teatro pela UERGS. Atriz, pesquisa processos de criação e bufonaria e atua nos espetáculos Valdorf, As Bufa e Le Bufê.

2 Ana Paula Reis é mestranda no PPGAC/ UFRGS, especialista em Dança pela UFRGS e licenciada em Dança pela ULBRA. Professora de Ed. Artística/ Dança e produtora cultural.

3 Celina Alcântara é professora na Graduação em Teatro e no PPGAC UFRGS. Bacharel em Teatro, Mestre e Doutora em Educação UFRGS. Atriz e pesquisadora. Integra o NEAB e coordena o GINGA, na UFRGS.

4 Guadalupe Casal Mestranda (PPGAC/UFRGS). Bacharela em atuação (DAD/UFRGS), atriz, diretora, produtora e professora de teatro. Integra o grupo Teatro Sarcástico e é co- fundadora da Cia T.O.D.A.S

5 Luciana Paludo é professora do Curso de licenciatura em Dança e do PPGAC UFRGS. Doutora em Educação UFRGS. Bailarina, coreógrafa e diretora do Mimese Cia. de Dança-Coisa, desde 2002.

6 Patrícia Fagundes é encenadora, pesquisadora e docente no Departamento de Arte Dramática e no PPGAC da UFRGS. Diretora da Cia. Rústica.

7 Silvana Rodrigues, Bacharela em Teatro/UFRGS, diretora, atriz e performer, co-fundadora do grupo Pretagô.

A premissa deste texto/tutorial/análise é pautar o racismo que estrutura as nossas relações sociais como povo brasileiro desde, no mínimo, mais de três séculos e que teve sua gênese na diáspora negra forçada e consequente escravização ocorridas desde a nossa formação como nação e que data da colonização europeia branca há mais ou menos cinco séculos. Não se trata, com certeza, de um texto histórico cuja ideia é a de remontar a esses primórdios, mas antes de problematizar as consequências desse início que ainda se perpetuam e são terríveis para negros e negras num país constituído em relações racistas presentes em todos os círculos, campos e instituições.

Neste sentido, o campo acadêmico no qual essa discussão se erige e insere não se diferencia em nada dos outros âmbitos sociais. Ao contrário, espaço conhecido e reconhecido de privilégio branco, o campo acadêmico segue demonstrando em suas ações, pautas, autores e temáticas o quão urgente e importante é pautarmos o racismo estrutural (ALMEIDA, 2019) e sua relação com outra noção mais recentemente apontada, que é da branquitude.

Devido a episódios recentes que datam dos últimos 3 séculos mais ou menos, um grupo de alunes e professores negres e branques do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas do Instituto de Artes da UFRGS se reuniu para organizar um tutorial⁸ básico sobre racismo e branquitude, dividido em duas partes: a primeira parte trata de pessoas brancas pensando sobre os comportamentos e perspectivas comumente vivenciados por gente branca, numa necessária reflexão sobre as relações entre racismo e branquitude. Na segunda parte, as pessoas negras integrantes desse coletivo trazem suas perspectivas no intuito de escurecer a questão do racismo e suas repercussões nas existências negras, para que fique bem entendido ao que nos referimos quando falamos desta grande chaga, o racismo à brasileira.

Entre as pessoas negras é de conhecimento por conta de uma convivência de séculos, como já mencionado, que a branquitude tem sérios problemas de escuta e, consequentemente, de negação do seu lugar enquanto causadora dessa problemática racial. Assim, a ideia é a de que esta discussão possa abrir uma possibilidade de escuta e tomada de consciência, a fim de dirimir os danos diários que o racismo causa para a população negra brasileira que, além de tudo, é a maioria populacional deste país.

8 Que foi apresentado de maneira performática no Seminário Discente Narrativas Diversas nas Artes Cênicas, no dia 10 de dezembro de 2020 e contou com tradução simultânea para Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, através do trabalho de Kamilla Telles Correia de Araújo e Dêivid Liberato, intérpretes de LIBRAS. O tutorial pode ser visto no link <https://youtu.be/Y63dmOP0hp8>

Parte 1 do tutorial - De gente branca para gente branca

Em pleno século XXI, é urgente que nós, pessoas brancas, pensemos nas relações entre racismo e branquitude, considerando nosso papel, lugar e privilégios na estrutura racista da sociedade brasileira. Diversos intelectuais negros e negras têm nos convocado a essa reflexão, como Lourenço Cardoso (2010, 2014), Maria Aparecida Bento (2009), Tatiana Nascimento (2019), Djamila Ribeiro (2017, 2019), e também intelectuais brancas, como Lia Vainer (2019). Além de artigos, ensaios e livros, é possível encontrar vasto material na internet sobre essa temática, em diversos *sites*, páginas e perfis nas redes sociais, como os da intelectual indígena Geni Nunez. No entanto, apesar da abundância de referenciais para estudo e reflexão crítica, percebemos graves inconsistências no letramento racial de pessoas brancas, mesmo em nosso contexto, ou seja, em um contexto artístico-acadêmico em que poderíamos esperar um conhecimento mais apurado sobre relações entre branquitude e racismo, que implicam questões fundamentais de nossa sociedade e de nosso tempo. Alguns pontos deste “tutorial” poderão parecer óbvios, mas vivemos tempos em que o óbvio precisa ser obviado e percebemos que há uma insistência em ignorá-los, especialmente por nós, pessoas brancas. O sistema racista, que coloca a branquitude no centro de tudo, como denominador universal, nos provoca sérias dificuldades de escuta. Assim, é preciso que empreendamos um esforço extra para escutar e desenvolver nosso letramento racial, uma tarefa urgente e imprescindível no contexto contemporâneo.

O que é o racismo?

A feminista negra Audre Lorde definia o racismo “como a crença na superioridade inerente de uma raça sobre todas as outras e, portanto, em seu direito à dominância, manifesta e subentendida” (LORDE, 2020, p. 155). Tal crença não é nada “natural” e sim resulta de uma longa construção, já que, como ressalta o filósofo Achille Mbembe, “a raça foi a sombra sempre presente no pensamento e na prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros” (MBEMBE, 2018, p. 18). No importante ensaio no qual desenvolve a noção de necropolítica, dialogando com Foucault, Mbembe afirma que “na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possível as funções assassinas do estado” (MBEMBE, 2018, p. 18).

Nessa lógica, podemos compreender o racismo como um sistema europeu

inventado para gerar acumulação de capital através de mão de obra escravizada e pilhagem liberada de diversos povos e terras. O Brasil é uma nação fundada nos pilares do racismo, como prática, perspectiva, ideologia e organização socioeconômica, um sistema perverso e complexo que permitiu que bons cristãos justificassem o genocídio de populações indígenas, assim como o rapto, encarceramento, tortura, violação e extermínio de pessoas africanas, entendidas como coisas que eram comercializadas. Os violentos e incrivelmente cruéis processos de colonização só foram possíveis através de um projeto de desumanização dos povos não brancos. Após 388 anos de geração de riquezas com mão de obra escravizada, que não ganhava um tostão por seu trabalho (ao contrário de nossos antepassados, que, sim, ganharam por seu trabalho), a escravidão foi oficialmente abolida no Brasil. Sem nenhum projeto de reparação, de apoio social, de política de trabalho, as pessoas negras foram “libertadas”. Sem nunca ter tido a possibilidade de guardar economias, sem acesso à escola, casa própria, terras, sem nenhum tipo de apoio, foram largadas no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, o país investia em um projeto de embranquecimento através da imigração de pessoas europeias, que chegavam aqui e recebiam lotes de terra, entre outros incentivos. Apenas 132 anos se passaram desde o término da escravidão como sistema legal neste país, em contraponto a 388 anos em que pessoas foram comercializadas, roubadas de seus direitos mais básicos, e tudo dentro da lei.

Se você acha que são águas passadas ou que deveríamos olhar para o futuro, você precisa estudar mais e rever sua perspectiva racista. A intelectual Lélia Gonzalez já nos alertava, em 1988, sobre a falácia do mito da democracia racial, que, perante a suposição da igualdade de todos perante a lei, “afirma a existência de uma grande harmonia racial... desde que estejam sob o escudo do grupo branco dominante, o que revela sua articulação com a ideologia do branqueamento” (GONZALEZ, 2020, p. 144). Pessoas não brancas são a maior parte da população do país e são as mais pobres, as mais assassinadas, as mais desfavorecidas em uma sociedade que continua estruturada no racismo. O genocídio continua. O racismo vai muito além de preconceito ou de uma perspectiva pessoal e privada. Justamente por isso, o racismo reverso não existe — ele é tão real como Papai Noel. Além disso, como já dizia Gonzalez (2020), se existe um racismo “às avessas”, então existe um racismo “direito”? Para o racismo reverso existir, os povos das Américas teriam que invadir, saquear e ocupar a Europa, os povos africanos teriam que fazer o mesmo e ainda raptar e escravizar europeus. Se o racismo é estrutural, como sabemos, ele está entre nós, em nós, cara gente branca, e não é possível fingir que não existe. Nós, pessoas brancas, temos muito a pensar e a fazer sobre a questão do racismo na sociedade brasileira. Isso nos leva ao próximo tópico.

O que é branquitude?

O que é branquitude? O que é ser branco no Brasil de hoje? Quem integra a branquitude brasileira? A branquitude tem a ver com a cor da pele, mas vai além. O conceito também integra um sistema social, cultural e econômico que se origina no período colonial, passa pelo período imperial e prevalece em um Brasil contemporâneo, que ainda carrega muito dos seus valores escravocratas. Ser branco no Brasil significa ser naturalmente respeitado, implica em privilégios e oportunidades. De acordo com Lia Vainer:

A branquitude é sempre um lugar de vantagem estrutural do branco em sociedades estruturadas pelo racismo, ou seja, todas aquelas colonizadas pelos europeus, porque a ideia de superioridade surge ali e se espalha via colonização. Dessa forma, colocam as definições vindas da branquitude como se fossem universais. O que chamamos de História Geral, por exemplo, deveria ser chamada de História branco-europeia (Informação verbal).⁹

Para além de uma questão étnica, ser branco no Brasil é uma condição social. Essa condição passa despercebida para a pessoa branca, que acaba por não identificar as facilidades geradas por sua branquitude, bem como não enxerga as desvantagens que atravessam a vida das pessoas não brancas. Segundo o pesquisador Lourenço Cardoso, “[...] a branquitude é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivos, isto é, materiais palpáveis que colaboram para a construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial ‘injusta’ e racismo [...]” (CARDOSO, 2010, p. 610).

Até pouco tempo, ao se discutir raça ou racismo, o foco era dado sempre aos não brancos, como se o racismo fosse um problema daquelas pessoas, até porque a branquitude se vê como regra, sem raça ou etnia. “[...] A branquitude procura se resguardar numa pretensa ideia de invisibilidade, ao agir assim, ser branco é considerado como padrão normativo único” (CARDOSO, 2010, p. 611). Somente a partir dos anos 1990, nos Estados Unidos, as pesquisas relacionadas ao racismo passaram a focar na branquitude. Hoje, países como Brasil, África do Sul e Inglaterra já produzem estudos e começam a popularizar a noção de branquitude como grupo social, racial e econômico responsável, historicamente, pelo racismo.

A ideia de superioridade da branquitude, uma antiga estratégia da própria branquitude para justificar suas atitudes desumanas e desumanizadoras exercidas sobre o povo negro desde o período da escravização, ainda vigora na racista sociedade brasileira, conforme aponta Cardoso:

⁹ Fala da pesquisadora Lia Vainer em palestra realizada pelo Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça da Fiocruz, com apoio do Sindicato Regional dos Trabalhadores da Fiocruz (Asfoc/PE). Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/pesquisadora-explica-conceito-de-branquitude-como-privilegio-estrutural>

A ideia de superioridade racial constituinte da identidade racial branca, [sic] não é um traço de essência, é uma construção histórica e social, por isso, pode ser desconstruída (Hall, 2003, pp. 335-349). Aliás, trata-se de uma tarefa a ser realizada cotidianamente por brancos anti-racistas, que vivem o conflito de, por um lado, pertencerem a um grupo opressor e, por outro lado, colocarem-se contra a opressão (CARDOSO, 2010, p. 623).

Sabemos que ninguém nasce racista, mas a branquitude nasce, automaticamente, beneficiada pelo racismo. E, agora, considerando que a branquitude é lugar de vantagem da pessoa branca em sociedades estruturadas pelo racismo, é importante perguntar, cara pessoa branca, você é racista?

Você é racista?

Em uma pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo nos anos 90 do século XX, 90% dos entrevistados, ao serem perguntados se eram racistas, responderam que não. Por outro lado, essas mesmas pessoas, em um mesmo percentual, quando perguntadas se conheciam alguém que fosse racista,, afirmavam que sim. Essa pesquisa mostrou categoricamente a grande incongruência nacional de um país que se diz não racista, mas onde atos racistas são praticados diuturnamente. Abaixo, uma pequena lista de afirmativas comumente proferidas por pessoas que se consideram antirracistas e, muito frequentemente, corroboram com o racismo em suas práticas:

1. Não. Sou totalmente contra o racismo, fico chocada com o que acontece neste país.
2. De jeito nenhum, eu sempre amei e valorizei a cultura afro, vou a terreiro, roda de samba, baile funk etc.
3. Sempre cito referências negras, eu não sou fascista, nem racista, sou uma pessoa legal.
4. Sempre uso #antirracismo.
5. Eu tenho um pé na senzala.
6. Tenho alma preta.
7. Tenho uma avó que era negra.

É importante salientar que as justificativas enunciadas acima não isentam ninguém da pecha racista; ao contrário, elas são reveladoras disso que está entranhado nas pessoas que se consideram brancas e se manifestam na linguagem sem que se deem

conta ou se permitam pensar sobre o assunto. Assim, mesmo que pessoas brancas façam escolhas que lhes pareçam antirracistas, a verdade é que, como pessoas brancas em uma sociedade racista, elas vivem privilégios que lhes são garantidos por sua condição étnica, mesmo que não queiram. Pessoas brancas se beneficiam da estrutura que envolve as relações econômicas, jurídicas, sociais, culturais, políticas e até mesmo afetivas, mesmo que não seja essa a sua intenção. Não é uma questão moral ou fenômeno patológico (ALMEIDA, 2019) e, sim, uma questão de estrutura social.

É muito comum que essas pessoas não se deem conta do racismo que estrutura o seu cotidiano e suas próprias ações e reações. Nesse sentido, a primeira lição para entrar na luta antirracista é admitir que se você é considerado branco, você é, sim, racista. E isso não é colocado dessa forma para atacar pessoas brancas, mas antes porque é fundamental se reconhecer numa hierarquia para, assim, combater os seus próprios atos a partir de uma outra perspectiva, que não perpetue práticas que alimentam as desigualdades e violências.

Suspender ou negar a própria branquitude não colabora no desejo de lutar por justiça racial (e todos os direitos que se incluem nesse pacote.), muito menos finda o racismo. Ao contrário, é necessário que as pessoas brancas entendam a sua própria racialização e como ela é determinante para a manutenção dos seus privilégios e que entendam e façam isso sem cair na armadilha de positivar a branquitude e negatizar a negritude, pois essa ação é uma artimanha colonial ultrapassada e com um *delay* de pelo menos três séculos.

Pacto Narcísico da Branquitude

“...é que Narciso acha feio o que não é espelho”
(Caetano Veloso)

O trecho da música de Caetano Veloso faz menção ao personagem da mitologia grega, Narciso, considerado o símbolo da vaidade. Narciso representa a síntese de um conceito desenvolvido pela pesquisadora Maria Aparecida Silva Bento, conhecida como Cida Bento. Em sua tese de doutorado, intitulada *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*, Cida teve por objetivo compreender como se dá a reprodução das desigualdades raciais no interior das organizações e relações de trabalho (BENTO, 2002).

O pacto narcísico seria um modo de manter a ordem construída pelos brancos ocidentais que escravizaram as pessoas negras – e organizaram suas vidas tratando de

apagar as referências e as histórias dessas pessoas. Assim, os brancos enaltecem seus ícones e ídolos, suas referências, seus padrões de beleza e elogiam outros brancos – pois fazem parte do parâmetro. Buscam encontrar e salientar determinadas qualidades e atitudes que estruturaram seus privilégios simplesmente para mantê-los como foram constituídos.

É um sistema de enaltecimento e retroalimentação das referências brancas, o qual trabalha para manter a hegemonia, de modo que outras referências e outros parâmetros de beleza, de comportamento, de músicas e de modo de viver, por exemplo, não cheguem a alcançar um status de legitimação dentro desse sistema de poder. Então, o grupo branco se omite, se silencia diante das desigualdades raciais. “Tudo se passa como se houvesse um pacto entre os brancos, aqui chamado de pacto narcísico, que implica na negação, no evitamento do problema com vistas à manutenção de privilégios raciais” (BENTO, 2002, p. 7).

Há um medo de perder os privilégios e, também, de ser responsabilizado pelo sistema opressor. Então, não raro, escutam-se frases constrangedoras, tais como: “AAh, mas eu não escravizei ninguém”. Como se a pessoa branca que está falando isso não fosse capaz de reconhecer o mar de privilégios pelo qual navega – porque ela acha isso “normal” e trabalha para que esse parâmetro se mantenha, para, assim, manter o seu lugar de privilégio. Dessa forma, o simples fato de mencionar a desigualdade racial desacomoda a “ordem do privilégio” e balança suas “frágeis” estruturas – e, aqui, há uma boa dose de sarcasmo (o chororô branco). Outra frase que se costuma escutar quando se menciona a ausência de pessoas negras em espaços de liderança, de poder, ou mesmo em programas de graduação e de pós-graduação (seja como discente ou como docente), é: “Ah, mas tem espaço para todos, é só se esforçar que passa”. E, vamos pensar: qual seria o parâmetro de esforço a que uma pessoa está se referindo quando profere uma frase assim? Essa frase só faria sentido se todas as pessoas, independente de sua cor, gênero ou classe social, tivessem as mesmas possibilidades de acesso e circulação social, cultural e educacional.

Romper esse pacto narcísico requer trabalho das pessoas brancas; temos que arregaçar as mangas. Por exemplo, em um programa de pós-graduação, no qual a esmagadora maioria é branca, o que cabe a essas pessoas fazer? Estudar. Ler, ouvir, ouvir, estudar, ler, ouvir sobre racismo, sobre referências negras, mas, principalmente, se entender como integrante desse sistema opressor; compreender seus privilégios. Sim, as palavras repetidas, acima, dão a noção de um esforço e trabalho necessários para que seja quebrado esse círculo vicioso, por exemplo, nas referências que embasam a composição de uma prova de seleção para o programa. Aí encontra-se outra frase crucial:

“Ah, mas eu não domino esse conteúdo”. Sim, e é por isso mesmo que é necessário estudar — para conseguir colaborar com a elaboração de uma prova ou de conteúdos de disciplinas que contem com referenciais não brancos. É preciso descer deste trono imaginário e cômodo no qual a branquitude se coloca. É preciso recuar no que foi instituído e avançar no trabalho que urge. É preciso sair da omissão e não ter medo de errar nas medidas, pois é nesse exercício que, talvez, o “Narciso” poderá olhar outras imagens, para além do seu espelho.

Múltiplos fenômenos e comportamentos já diagnosticados que acometem a branquitude são importantes de serem analisados e evidenciados para que se entenda melhor como o racismo se sedimenta, mesmo onde aparentemente ele é combatido, como, por exemplo, na culpa branca. A poetisa, cantora, slammer, pensadora etc. Tatiana Nascimento¹⁰ é uma das pessoas negras a tematizar esse fenômeno, no qual pessoas brancas, a título de se colocarem como antirracistas e envergonhados das ações de sua ancestralidade, resolvem performar o papel de sofredores, envergonhados e arrependidos diante de pessoas negras, exigindo atenção e empatia com sua pretensa dor e arrependimento, sem se importar ou se dar conta do sofrimento que impingem, mais uma vez, às pessoas negras.

Para Tatiana, trata-se de que a culpa funciona como um índice de egolatria branquista: em seu “Eu sinto muito”, “Me sinto culpada”, “Tenho vergonha de ser branco/a”, a pessoa branca parece mais preocupada com seu desejo (in)consciente de ser o centro das atenções do que com o sofrimento da pessoa por quem diz ter compaixão. Em sua análise, a autora em tela faz ver que essas emoções tentam, de fato, blindar pessoas brancas, criando demandas de escuta, cuidado, consolo para seu choro, sua dita vulnerabilidade, o que não é outra prática senão uma prática de vitimização. Assim também ocorre com alegações de “fragilidade branca”, “sensibilidade branca”: são formas antigas de refutar acusações de racismo. Chame-se culpa, fragilidade, sensibilidade, hipocrisia ou cara-de-pau branca — tudo vem da mesma fonte: o racismo. E, nele, qualquer dessas emoções evasivas é tática branquista de desresponsabilização (NASCIMENTO, 2020).

Joice Berth, outra importante pensadora negra, nos fala da “Síndrome de Sinhô/Sinhá”, que nada mais é do que “a continuidade do comportamento e pensamento colonial que habita no cerne emocional das pessoas brancas, alimentando sua noção de supremacia, de superioridade humana” (BERTH, 2019, n. p.). Segundo a autora, o racismo também se revela nas manifestações emocionais e afetividades, através do desprezo ou restrição nas relações de admiração, amizade e afeto entre pessoas brancas e negras. Dessa forma, uma recusa ou até colocação crítica vinda de uma pessoa negra

10 Informações extraídas da matéria *leve sua culpa branca para a terapia*, publicada em maio de 2020 na revista digital *O Menelick 2º ato*.

são entendidas como ofensa moral pela pessoa branca que, apesar de se dizer aliada, reage de forma difamatória, agressiva ou ainda se vale de um lugar de dominância, silenciando, apagando e até mesmo delimitando a presença a uma única pessoa negra que pode vir a corresponder aos seus interesses, demonstrando, assim, a evocação do desejo ancestral branco de superioridade em relação às pessoas pretas (BERTH, 2019).

De acordo com Berth, isso incita uma animosidade entre a negritude. A autora complementa observando o seguinte:

Desencadeia-se aí um conflito onde a negritude sempre sai perdendo, porque a branquitude age em um movimento de união silenciosa para a defesa da hegemonia social, a proteção aguerrida de sua posição de privilégios (BERTH, 2019, n. p.).

Ao proteger os seus privilégios e diminuir a pessoa negra a considerando como raivosa ou leviana – como se a capacidade de pensar fosse branca e as pessoas negras fossem irracionais – em seus posicionamentos, falas, reflexões legítimas, as pessoas brancas ignoram que, na verdade, elas permanecem sendo opressivas, violentas e corrompendo cada vez mais a sua subjetividade e atos que pretendiam ser antirracistas. Ademais, desaprendem um ponto que é fundamental ser retomado desde o princípio: pessoas negras não são e/ou estão condicionadas a agradar pessoas brancas, mas sim lutam pela emancipação da população negra da colonialidade mantida pelos brancos.

Exceto as práticas narradas acima, outras também são reconhecidas entre a comunidade negra, como o *white savior*, ou seja, o branco salvador que acredita resolver os problemas das pessoas negras explorando uma aparente generosidade, porém, na realidade, reforça os estereótipos e estigmas que as desumanizam e inferiorizam, ou, ainda, o *whitesplain*, ou seja, o branco explica tudo.

Nenhum desses comportamentos desracializa, isenta ou serve como *black card* para fazer o racismo desacontecer e gabaritar um currículo antirracista. O antirracismo é um conjunto de reflexões e comportamentos embasados numa constante autocrítica do racismo que a própria branquitude causa e de que se beneficia. Nesse entendimento, é preciso analisar e criticar as suas práticas, enquanto pessoa branca, para perceber se elas não permanecem reproduzindo um ideal de superioridade e de proteção dos seus privilégios. Isso nos faz lembrar da próxima lição, também ainda ignorada pela branquitude: reconhecer o seu lugar de fala.

Que lugar é esse? Que lugar é esse onde o ser humano que se pensa universal se sente acuado, impedido de falar? A branquitude jamais usou a “máscara de Anastácia” (RIBEIRO, 2019b, n.p.) e, ainda assim, se acovarda quando percebe que até quem se pretende ou é considerada uma “pessoa legal” — artista, de esquerda, intelectual e demais atributos que se possam conferir a essa pretensa “pessoa legal” — acaba por reproduzir simbolicamente o silenciamento da máscara de ferro.

Então, quando há enfrentamento e questionamentos e nos deparamos com todo tipo de situação (e infelizmente não são poucas) em que damos de cara com o racismo, afirmamos, assustados: “Esse não é meu lugar de fala!” ou “Eu não tenho lugar de fala sobre esse assunto!” Uma tentativa vã de se eximir, como se pessoas brancas bem informadas não fossem reprodutoras desse tipo de comportamento. Como se “O” racismo fosse algo distante que se encontra no outro. Como se isso não nos dissesse respeito, porque, afinal, “não temos lugar de fala” sobre o assunto.

Passaram-se séculos sem que negras e negros pudessem falar. O direito à fala era e, por vezes, ainda é exclusivamente branco e majoritariamente masculino. Djamila Ribeiro, então, pergunta: “Quem pode falar? O que acontece quando nós [pessoas negras] falamos? E sobre o que nos é permitido falar?” (RIBEIRO, 2017, p. 76).

Ela ainda destaca que um dos equívocos mais recorrentes que vemos acontecer é a confusão entre lugar de fala e representatividade (RIBEIRO, 2017, p. 83). Abaixo, apresenta-se um exemplo bem básico:

Uma travesti negra pode não se sentir representada por um homem branco cis, mas esse homem branco cis pode teorizar sobre a realidade das pessoas trans e travestis a partir do lugar que ele ocupa (RIBEIRO, 2017, p. 83-84).

Além de ser uma intelectual reconhecida, Djamila Ribeiro tem um diálogo amplo para além dos muros da academia. Possui páginas em redes sociais, assina colunas em jornais e revistas populares, participa de programas de TV e ainda coordena a coleção de livros *Feminismos Plurais*. Através dessa coletânea, que tem como algumas de suas premissas o baixo custo do livro e uma linguagem mais acessível para difundir o pensamento crítico produzido por pessoas negras, foram publicados títulos como: *O que é lugar de fala?*, obra escrita por Djamila, *O que é encarceramento em massa?*, por Juliana Borges; *O que é empoderamento?*, por Joice Berth; *Racismo estrutural*, por Silvio Almeida; *Interseccionalidade*, por Carla Akotirene; *Racismo recreativo*, por Adilson Moreira, e *Apropriação cultural*, por Rodney William.

É importante destacar o impacto da autora junto ao grande público para evidenciar, de maneira contundente, que essa falta de compreensão sobre o que é lugar de fala não se deve a um discurso acadêmico ou hermético. Poderia, então, ser atribuída a uma falta de interesse das pessoas brancas? A dificuldade de reconhecer seus privilégios mantenedores de uma sociedade opressora pode passar por inúmeras questões. O fato é que não há mais desculpa para se eximir diante da alegação de que não se tem lugar de fala para se posicionar, seja qual for o assunto. A autora afirma que todo mundo tem lugar de fala, pois todos falamos a partir de um lugar social (RIBEIRO, 2019, p. 31). Como explica a autora:

Pessoas brancas não costumam pensar sobre o que significa pertencer a esse grupo (a branquitude), pois o debate racial é sempre focado na negritude. [...] a branquitude também é um traço identitário, porém marcado por privilégios construídos a partir da opressão de outros grupos (RIBEIRO, 2019a, p.31-33).

A comunidade acadêmica não está isenta desse tipo de pensamento. Por mais que se estude e debata um espectro amplo de assuntos, seguimos presenciando episódios de racismo institucional. O fato de termos a pretensão de sermos letrados sobre diversos conceitos e temáticas não faz com que não integremos essa estrutura que é racista, SIM! O racismo não existe “apenas” no discurso infame do presidente da nação, que, em pleno século XXI, enche a boca para dizer que um negro pesa “oito arrobas”.¹¹ É preciso parar de apontar o dedo e se olhar no espelho para entender que, assim como o machismo, o racismo está em tudo e em todos — inclusive em você, caro leitor que, neste momento, lê estes escritos.

Como já dito anteriormente, todo mundo tem lugar de fala. O conceito de lugar de fala discute justamente o *locus social*, isto é, de que ponto as pessoas partem para pensar e existir no mundo, de acordo com as suas experiências em comum. (RIBEIRO, 2019a, p. 35). Reflitamos por um momento. Qual é a experiência em comum que a branquitude agencia para combater o racismo? Pequenos quadrados pretos¹² brotando nas redes sociais... seria essa uma experiência em comum? Tente fazer o exercício de abrir o *Instagram* e procurar algumas dessas hashtags: *#blackout #blackouttuesday #blacktuesday*. Caso ainda seja possível encontrar os quadrados pretos remanescentes dessa ação de “protesto”, proponha-se a observar as imagens que os rodeiam. O que você vê? Você é uma pessoa antirracista? Você participou dessa ação? Qual é o lugar (de fala?) de um quadrado preto no seu feed? Caso você seja uma pessoa branca

11 Fonte: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/02/29/interna_politica,831254/em-evento-do-alianca-bolsonaro-diz-que-apoiador-tem-8-arrobas.shtml

12 A menção faz referência ao movimento *#blackouttuesday*. Mais detalhes podem ser encontrados em: <https://nypost.com/2020/06/02/what-is-blackout-tuesday-everything-to-know-about-the-movement/>

e algumas das respostas a essas questões sejam afirmativas, não se sinta culpado, pois isso inclusive tem nome. O tom, aqui, não pretende ser acusatório e sim de reflexão e de problematização de comportamentos que vêm sendo perpetuados mesmo por quem não quer reproduzi-los.

Já passou da hora de abandonarmos o lugar da isenção e omissão. O racismo é uma problemática branca “[...] o racismo foi inventado pela branquitude, que como criadora deve se responsabilizar por ele [...] Diferente da culpa, que leva à inércia, a responsabilidade leva à ação” (RIBEIRO, 2019a, p. 36). O lugar de fala da branquitude nesse debate já está dado, basta agir.

Repita:

A branquitude é um lugar de fala sobre racismo!

A branquitude é um lugar de fala sobre racismo!

A branquitude é um lugar de fala sobre o racismo!

A branquitude é um lugar de fala sobre o racismo!

Parte 2 do tutorial - Escurecendo a questão

Compreendemos, então, que o racismo é uma manifestação entranhada na nossa sociedade e que a branquitude tem o dever de se comprometer nessa luta constante, difícil e desconfortável, já que é fundamental entender que o alvo dessa luta são os seus privilégios, para que ocorra uma transformação dessa realidade perversa para a população preta. Há um longo caminho a ser percorrido e muitas ações a serem adotadas para além dos delírios, discursos e ocasionais posicionamentos “aliados”.

Dessa forma, seguindo o raciocínio de contribuir com as lições narradas até o momento e inspiradas pelas dicas¹³ de atitudes para pessoas brancas do escritor João Vieira, desenvolvemos uma lista a fim de escurecer determinadas situações que efetivamente podem vir a colaborar na desconstrução do racismo estrutural. É importante ressaltar que pessoas negras vivem, há muitos séculos, em estado de atenção e, até os dias atuais, lançam mão de muitas estratégias para seguir sobrevivendo à aniquilação física e simbólica organizada pela branquitude.

Assim, eis o momento das pessoas brancas serem minimamente atentas, autocríticas e também responsáveis com suas perspectivas e comportamentos.

13 As 65 dicas podem ser acessadas na íntegra através do link <https://www.hypeness.com.br/2018/11/cara-gente-branca-aqui-vaio-65-atitudes-simples-para-ajudar-a-vida-da-comunidade-negra/>

1. Acredite em uma pessoa negra quando ela diz que racismo existe, afinal, ela está falando do alto do seu conhecimento de quem vive as consequências desse mal todos os dias e de múltiplas formas.
2. Não trate as pessoas negras como se elas pensassem a mesma coisa sobre tudo, pois são indivíduos singulares e distintos entre si.
3. Não trate a África como se fosse um país. É um continente gigante, bastante diversificado. Basta ter um conhecimento mediano de geografia mundial para saber isso.
4. Não fale coisas como “negro tem pau grande”, “mulher negra tem que saber sambar”, “mulher negra é fogosa”. Nenhuma dessas falas é elogio. São somente formas de estereotipar e estigmatizar pessoas negras.
5. Não chame pessoas negras de “morenas”, “de cor” e muito menos de “mulatas”. Pessoas negras têm nomes e, para saber, basta perguntar educadamente.
6. Não fale só sobre racismo com pessoas negras e nem infira que toda pessoa negra sabe falar sobre a questão. Afinal, quem inventou o racismo foi a branquitude, portanto, são essas pessoas que devem saber falar e explicar do que se trata.
7. Nunca use a frase “tenho amiga/namorada/avó negra” para provar que você não é racista. Isso só demonstra que você está utilizando a pessoa negra em questão como escudo, como modo de se eximir do racismo ao qual você está atrelado.
8. Não utilize os termos “nego/a”, “neguinho/a”, “preto/a” como figura de linguagem, inclusive se referindo a uma pessoa branca (por motivos óbvios).
9. Não diga “mas nos EUA eu não sou considerado/a branco/a” ou “ninguém no Brasil é branco” para tentar justificar que você compreende a problemática racial no Brasil.
10. Se você usa algum penteado afro, vestimenta ou acessório, tenha a humildade de ouvir pessoas negras que venham a te apontar apropriação cultural.
11. Apoie iniciativas de empreendedorismo de pessoas negras; essa é uma forma efetiva de ação antirracista.
12. Não consuma produtos de empresas que tenham se envolvido em casos de racismo.
13. Não se ofenda quando uma pessoa negra criticar os brancos e entenda que o contexto é muito maior do que você. Aliás, não diga que “nem todo branco é racista”. Achar que as pessoas negras não têm capacidade de entender isso é ser racista.
14. Racismo reverso é igual unicórnio, ou seja, não existe. Isso apenas é utilizado

para que as pessoas brancas se sintam melhor em relação a sua fragilidade branca.

15. Não diga para pessoas pretas que você se sente envergonhado por ser branco e nem fique pedindo ajuda para se desconstruir. É o seu compromisso, então arregace as mangas e lute.

16. Não questione “E se fosse ao contrário?”. Pessoas negras representam a maior parte da população brasileira, então, está ao contrário há séculos mesmo.

17. Não diga que somos todos humanos e nem que somos todos iguais, pois não nos encontramos em situação de igualdade em nenhuma relação.

18. Não toque nos cabelos e na pele de pessoas negras sem consentimento, ainda que seja para elogiar. Afinal, o nosso corpo não é um objeto público.

19. Nunca pergunte, a uma mulher negra, “se o cabelo dela é dela mesmo” ou, para uma pessoa negra com tranças/*dread*, “se ela/e lava o cabelo”.

20. Não diga que pessoas negras têm beleza exótica ou “você é um/a preto/a lindo/a!”. Isso apenas comprova o quão conflitante pode ser ver beleza em uma pessoa negra por acreditar num ideal de beleza branco.

21. Posicione-se quando os seus familiares ou amigos brancos disserem falas racistas próximas a você.

22. Não questione as cotas raciais; caso contrário, volte para o início do texto.

23. Não utilize o argumento “e o branco pobre?” em discussões raciais. Privilégio branco não significa que a pessoa não passa por dificuldades, mas sim que a cor da sua pele não é um fator que dificulta mais em razão da hegemonia racial.

24. Não questione a capacidade de pessoas negras em espaços de poder e, ao mesmo tempo, questione a ausência de pessoas negras em todos os lugares, principalmente nas funções de poder.

25. Jamais pense que você entende a dor de sofrer racismo, porque você não entende. Tampouco tente comparar a opressão racial de uma pessoa negra a algo doloroso que, como pessoa branca, você tenha vivenciado.

26. Você, enquanto pessoa branca, precisa assumir a sua parcela de responsabilidade na existência do racismo, uma vez que você se beneficia dele.

27. Não faça “piadas” ou “brincadeiras” vexatórias que inferiorizam pessoas negras ou, ainda, que estereotipam suas características. O nome dessa faceta é racismo recreativo, e ele só demonstra a ausência de apreço a pessoas negras.

28. Não trate relacionamentos com pessoas negras como fetiche.

29. Tenha consciência de que homens negros e brancos não estão no mesmo lugar quando for falar ou analisar a sociedade patriarcal.

30. Não use as palavras “denegrir”, “negrice”, “mercado negro” ou “inveja branca”. Perceba o racismo também inserido na forma como nos comunicamos. Também não “esclareça”, explique ou evidencie.

31. Coloque-se e mantenha-se ao lado de pessoas negras nos momentos de vulnerabilidade causados pelo racismo.

32. Não cobre uma pessoa negra por não se posicionar contra uma manifestação racista sem saber o que a leva a ter esse comportamento. Aliás, pessoas brancas não têm o direito de chamar pessoas negras de “capitão do mato”.

33. Não julgue a raiva de algumas pessoas negras em relação a determinados fatos. Ao invés disso, lembre-se que somos pessoas negras 24 horas por dia durante todos os dias do ano, vivenciando incessantemente diferentes violências. O que é uma militância pontual para pessoas brancas é a nossa existência o tempo todo e nem todo mundo consegue reagir sob a ideia de paz e amor.

34. Não se refira a escravização com a palavra “escravo”, o correto é *escravizado*.

35. Não diga que vai ficar “preta” se expondo ao sol ou “estou quase na sua cor”. Inclusive, “da cor do pecado” é outra expressão racista, já que não há nada de pecaminoso em ser uma pessoa de pele escura.

36. Não pensem que pessoas negras são suas “wikipretas”.

37. Não minimize um problema estrutural que nos mata a cada 23 minutos no Brasil dizendo “eu não tenho culpa, não escravizei ninguém.”

38. Não diga que é “mimimi”, “descansa militante” e não, sob nenhuma hipótese, diga que “os negros são os mais racistas” quando uma pessoa negra se colocar em relação a uma atitude racista. Isso são apenas formas de relativizar e ignorar o racismo.

39. A propósito, não diga “tudo agora é racismo” quando uma pessoa negra apontar um ato racista. Como pudemos ver ao longo do texto, a nossa sociedade foi estruturada com base no racismo, então, não é uma manifestação do “agora”, mas algo que vem se repetindo ao longo dos séculos. E, neste sentido, sim, tudo é racismo porque tudo foi estruturado em cima dele.

40. Não diga que é “obrigação de pessoas pretas te ensinarem a acabar com o racismo”. Por muito tempo, fomos privados de conhecimento e precisamos buscar por conta própria muito da nossa história. Então, não fique cobrando “aula”, principalmente de graça. Além do mais, já existe uma vasta produção de obras e textos de vários

gêneros de autores negros e negras, os quais você pode e deve buscar, tanto para aprender quanto para colaborar na sua valorização.

41. Novembro é o mês da consciência negra, mas existimos em todos os meses do ano. Consuma, valorize, divulgue conteúdo negro e pague por isso durante os outros onze meses.

42. Não cobre “biscoito”, reverência ou atenção por fazer algo baseado na educação antirracista, como referenciar um autor negro ou até mesmo se colocar contra um ato racista. Isso é o mínimo na luta!

43. Nunca se esqueça: o racismo é uma problemática branca!

44. Reconheça o seu lugar de fala enquanto pessoa branca na estrutura racista da sociedade. A partir de um olhar crítico, pesquise, escute pessoas negras e aponte problemas causados pelo seu próprio grupo social.

Referências

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. 185 f. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/publico/bento_do_2002.pdf

BERTH, Joice. **A síndrome de Sinhá/Sinhô: fragilidade branca elevada à (pre)potência**. Carta Capital, São Paulo, 13 de fevereiro de 2019. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/jus-tica/a-sindrome-de-sinha-sinho-fragilidade-branca-elevada-a-prepotencia> Acesso em: 08 jan. 2021.

CARDOSO, Lourenço. **Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista**. Rev.latinoam.cienc.soc.niñez juv [on-line]. 2010, vol.8, n.1, pp.607-630. ISSN 1692-715X.

CARDOSO, Lourenço. **O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil**. 2014. 290 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/115710>

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Organização: Flavia Rios e Marcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LORDE, Audre. (1984). **Irmã Outsider**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NASCIMENTO, Tatiana. **Leve sua culpa branca pra terapia**. Revista O Menelick 2º ato, São Caetano do Sul, Maio 2020. Disponível em <http://www.omenelick2ato.com/artes-literarias/leve-sua-culpa-branca-pra-terapia> Acesso em: 06 jan. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte. Letramento e Justificando. 2017.

RIBEIRO, Djamila.. **Pequeno manual antirracista.** São Paulo. Companhia das letras. 2019a.

RIBEIRO, Djamila.. **Eu me arrependo dos meus silêncios.** Portal Geledés. 2019b. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/eu-me-arrependo-dos-meus-silencios/> Acesso em 10 jan. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Programa Roda Viva.** São Paulo: TV Cultura, 09 nov. 2020. 1h32min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jn1AtnzTql8>

VAINER, Lia. **Pesquisadora explica conceito de branquitude como privilégio estrutural.** Agência Fiocruz de Notícias. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/pesquisadora-explica-conceito-de-branquitude-como-privilegio-estrutural> Acesso em 10 jan. 2021.

VAINER, Lia. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana.** 2012. 122 f. Tese (doutorado) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/publico/schucman_corrigida.pdf

VIEIRA, João. **Cara gente branca: aqui vão 65 atitudes simples para ajudar a vida da comunidade negra.** Hypheness. Disponível em <https://www.hypheness.com.br/2018/11/cara-gente-branca-aqui-vaio-65-atitudes-simples-para-ajudar-a-vida-da-comunidade-negra/> Acesso em 04 dez. 2021.